

A DIVERSIDADE DO ASSOCIATIVISMO NA REGIÃO DO COREDE-CENTRO/RS¹ E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Paulo Roberto C. da Silveira², Pedro Selvino Neumann²

Hugo Aníbal G. Vella³

Adriano Lago⁴, Antônio Elisandro de Oliveira⁴, Gelson Pelegrini⁴

RESUMO: O presente trabalho é parte integrante do Projeto de Pesquisa: Caracterização das Associações de Agricultores da Região do COREDE-Centro/RS, desenvolvido pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, do Centro de Ciências Rurais, da Universidade Federal de Santa Maria, através de um cadastro com questões diretas que procuraram atender os objetivos da pesquisa. Este cadastro foi aplicado junto as Associações de cada município com o auxílio pessoal dos técnicos das instituições prestadoras de assessoria. Buscou-se identificar a complexidade das associações de agricultores existentes nesta região, classificando-as em diferentes grupos: Cooperação Agrícola, Desenvolvimento Comunitário, Reivindicativas e Bem Estar Social, que merecem ser estudados separadamente, bem como analisar a contribuição desta forma de organização social para o desenvolvimento regional.

Palavras Chave: Associativismo, Diversidade, Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos coletivos tornaram-se, segundo BOSCHI (1987), o elemento-chave na dinâmica da mudança social no Brasil. Um exemplo disso foi o seu impacto sobre a transformação do regime autoritário. Embora não haja uma estimativa precisa da proporção desses movimentos, o interesse sociológico que despertam, enquanto objeto de análise, indica que eles se constituem em um fenômeno amplamente difundido e talvez um indício de seu papel na organização político-social do próximo século.

De fato, as manifestações coletivas na forma de associações organizadas, esporádicas ações de massa ou movimentos sociais mais amplos tornaram-se um instrumento político privilegiado para expressar o protesto e encaminhar demandas. Tal constatação insere-se numa conjuntura de redimensionamento da ação do Estado. Cabe ressaltar que a ação coletiva é tida como resposta à uma situação em que a ação individual não fornece resultado satisfatório.

Na agricultura brasileira, o modelo adotado tem excluído sistematicamente do processo produtivo, os agricultores que não conseguem responder às crescentes necessidades de aumento da produção agrícola. Contudo, a produção em larga escala e níveis de produtividade elevados, não tem conseguido generalizar-se, o que tem causado grande exclusão de uma ampla gama de agricultores que produzem de forma individual.

¹ Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul, composto por 33 municípios. Criado pelo decreto estadual n.º 35.764, de 28 de dezembro de 1994.

² Professores do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - DEAER, do Centro de Ciências Rurais - CCR, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Mestres. Endereço para correspondência: DEAER. Salas 5114 e 5119. Campus da UFSM. Fx. de Camobi, km 09. CEP 97119-900.

³ Professor do DEAER, CCR, UFSM, Doutor. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural - CPGEExR.,

⁴ Acadêmicos do Curso de Agronomia da UFSM, pesquisadores do DEAER/CCR/UFSM.

Como uma das formas de enfrentar esse processo de exclusão e a intensidade do êxodo rural, diversos agricultores e trabalhadores rurais têm se organizado através do trabalho coletivo, visando enfrentar as exigências de produção do modelo agrícola atual ou lutando conjuntamente por mudanças neste modelo.

Muito embora as formas de organização no meio rural já existam no Brasil desde o período colonial, como é o caso das práticas de ajuda mútua, mutirões, troca de serviços, e que persistem até os dias de hoje em várias regiões brasileiras, um tipo de organização conquista cada vez mais uma posição de destaque no campo brasileiro: as associações de agricultores (SILVEIRA, 1992).

Essas organizações procuram tomar iniciativas de cooperação que destinam-se explicitamente a superar a marginalidade em vários planos (técnico, econômico, político, social, etc.). Na verdade, as associações de agricultores tem se constituído em uma forma de resistência ao processo de produção cada vez mais competitivo e seletivo (SILVEIRA, 1992). Busca-se, assim, transformar, através da união, os pequenos agricultores dispersos, em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e econômicas, especialmente nas esferas da comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente), da prestação de serviços, etc.

De uma maneira geral, pode-se dizer que as associações de agricultores têm como finalidade enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionado à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem econômica, e se refere à busca de formas de cooperação que se constituam em formas alternativas minimizadoras do processo de exclusão.

As experiências demonstram que a superação da marginalidade econômica é alcançada, basicamente, através de medidas que possibilitem a obtenção de escala no nível produtivo, no processo de comercialização dos insumos e dos produtos agrícolas, ou do incremento técnico (tanto pelo barateamento de insumos quanto pela mecanização coletiva, por exemplo) ou ainda através do processamento próprio das matérias-primas agrícolas.

Esse tipo de organização possibilita aos pequenos agricultores uma escala operacional mais compatível com os padrões técnicos e econômicos capitalistas. De acordo com DE LANNOY (1987), o êxito alcançado pela exploração conjunta de apenas certas etapas do processo produtivo, como no caso dos condomínios suínícolas, deve-se, em parte, a capacidade de fazer com que a mão-de-obra fique melhor ocupada.

Assim, as associações podem ser um meio para racionalizar os altos custos e as exigências de escala da tecnologia moderna. Podem, inclusive, graças a sua racionalidade própria, tornar viáveis certos meios de produção simplesmente porque possibilitam, indiretamente, uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho disponíveis nas famílias (DE LANNOY, 1987). A cooperação entre os pequenos agricultores se constitui, assim, numa alternativa concreta para a sobrevivência dos mesmos (CIPRANDI, 1989).

As organizações são justificadas, deste ponto de vista, para alcançar objetivos bem definidos, como reduzir a intermediação comercial e outros de difícil definição, como do tipo "aumento da consciência", "politização das bases", etc.

Por outro lado, essas organizações de base surgem da incapacidade das organizações empresariais, de mercado ou de representação, de dar respostas satisfatórias e constantes às necessidades dos movimentos. E ainda que a organização mais localizada (na comunidade) elimina supostamente as barreiras de distância, participação, controle político e representação dos camponeses (RIBEIRO, 1992).

Desta maneira, este "novo" movimento é visto como uma resposta a ineficácia das estruturas tradicionais, tanto em termos de canalizar e processar demandas quanto de promover espaços para um sentido renovado de identificação (BOSCHI, 1987). Em outras palavras, afirma-se que os movimentos emergiram da ausência de condições que

favorecessem um espectro amplo de representação dos interesses de segmentos marginalizados da sociedade ou de identidades reprimidas. Em outro nível, as antigas estruturas já não seriam mais satisfatórias para um encaminhamento eficaz das demandas, exemplificado pelas cooperativas tradicionais que nas suas formas de trabalho não atendem as necessidades dos agricultores, bem como afastam os mesmos das suas decisões. Tal situação levaria à busca de canais paralelos ou alternativos de acesso ao estado, comprovado no momento que encontramos grande número de agricultores que são ou já foram sócios das cooperativas. Nesse sentido, o grupo organizado de base em geral pode ser compreendido como uma forma mista relacionada a produção, a política e a educação.

Neste contexto, foram e estão sendo implantadas inúmeras experiências concretas, dos mais diversos tipos e com os mais variados objetivos. As diferentes organizações de agricultores, segundo RIBEIRO (1992), podem ser classificadas em duas formas quanto a sua origem: as associações criadas de forma clientelista e paternalista; e as associações criadas por iniciativas não-governamentais e autônomas.

As primeiras são criadas geralmente por agências de governo ou de caridade. São aquelas organizações que se reúnem apenas quando existem recursos de algum projeto a ser distribuído. São denominadas de associações fantasmas, pois possuem registro formal mas nenhuma participação de fato (RIBEIRO, 1992).

Segundo o referido autor, essas organizações são criadas "aos montes" de uma maneira muito simples: geralmente é um técnico ou agente (de algum órgão governamental) que propõe às pessoas de determinada comunidade formar uma associação para conseguirem recursos e benefícios. Após algumas reuniões, a organização ou associação é registrada. Enquanto existir o dinheiro ou expectativa da vinda dele a associação persiste. Depois que este termina, permanece apenas a fachada desta organização, e que novamente terá alguma forma de "vida" apenas e quando existir possibilidade da vinda de novos recursos.

A segunda forma é aquela em que os grupos buscam a participação dos associados ou beneficiários e que tem perspectivas mais amplas que um único projeto ou momento. Possuem, portanto, legitimidade do ponto de vista dos participantes. Essas características, segundo RIBEIRO (1992), são independentes do grupo organizado receber apoio de agências de governo ou de outras entidades como as ONG's (Organizações Não-Governamentais).

Segundo RIBEIRO (1992), esse tipo de organização que busca a participação dos associados ou beneficiários e que tem perspectivas mais amplas que um único projeto, vem sendo pensado desde o final da década de 70 e amadurecendo de forma diferenciada, dependendo das experiências, oportunidades e assessorias disponíveis. A alta concentração deste tipo de iniciativas no período 80/85, são relacionadas com atividades estimuladoras de órgãos de governo (financiamentos, planos de desenvolvimento, etc.). O outro período marcante de expansão foi em 1988 e está relacionado, em geral, com vitórias de direções sindicais combativas, que tinham como ponto programático fortalecer os grupos de base.

Diante da complexidade dessas organizações, suas características, tipos e finalidades, realiza-se o trabalho de pesquisa com objetivo de identificar e caracterizar as formas associativas de agricultores existentes na região do COREDE-Centro/RS; classificá-las segundo as suas principais características; analisar as questões gerenciais e administrativas; a participação dos agricultores e as questões econômicas, exógenas e endógenas; bem como, propor metodologias e propostas de intervenção que venham a contribuir para o trabalho de organizações governamentais e não-governamentais junto a estes grupos de agricultores.

2. METODOLOGIA

O trabalho de coleta de dados foi desenvolvido na região do COREDE-Centro/RS nos

anos de 1997/98, através de um cadastro das associações em funcionamento, realizado com o apoio dos agentes e agências de assessoria a estas associações. Neste cadastro, constam informações a respeito do surgimento e formação da associação, organização e funcionamento, órgãos de assessoria, caracterização dos associados, tamanho das unidades de produção, objeto de cooperação, mobilização de recursos financeiros, entre outras.

A partir de então, procedeu-se uma análise das associações cadastradas, buscando agrupá-las conforme as semelhanças apresentadas entre si. Esta classificação teve como critérios principais o objeto de cooperação agrícola das associações (finalidade) e a natureza destas (processo de surgimento e formação), o que segundo alguns ensaios anteriores de classificação destacam como os critérios mais adequados para definir com clareza as tipologias de associações.

Segundo RIBEIRO (1993), é necessário ficar bem claro que a classificação das associações que tem como critério a finalidade destas se refere a atividade principal. Todos os grupos possuem mais de uma finalidade. Devemos tomar como referência aquelas atividades que estão já realizadas, que ocupam o centro de ação coletiva, e não os projetos que ainda estão em elaboração. Desta forma, foram definidos os seguintes grupos de associações:

- **Associações de Cooperação Agrícola:** são grupos de famílias ou indivíduos que se dedicam a práticas de cooperação no âmbito produtivo. Têm, portanto, um caráter de ordem econômica, que se refere à busca de formas de cooperação que se constituam em estratégias de resistência ao processo de exclusão da atividade produtiva. Estas organizações procuram tomar iniciativas de cooperação para superar a marginalidade nos planos técnico e econômico, especialmente nas esferas da comercialização, da incorporação de padrões técnicos mais avançados (tanto pelo barateamento de insumos quanto pela mecanização coletiva, etc.), do processamento próprio das matérias primas agrícolas, da exploração conjunta ou de apenas certas etapas do processo produtivo, ou ainda da prestação e troca de serviços. Entre as associações de cooperação agrícola existe uma diversidade muito grande de organizações segundo o objeto de cooperação. Desta maneira procedeu-se uma subclassificação das associações pesquisadas: a) *Associações de Produção Conjunta* (totalmente coletivas e parcialmente coletivas); b) *Associações de Comercialização* (feirantes e grupos de comercialização conjunta); c) *Associações de Troca de Experiências e Assistência Técnica*; d) *Associações de Troca de Serviços*; e) *Associações para Viabilizar Condições de Produção* (máquinas e equipamentos, secagem e armazenagem, condomínios rurais e aquisição de insumos) e f) *Associações de Industrialização* (agroindústrias, confecções e artesanato).

- **Associações de Desenvolvimento Comunitário:** são organizações de caráter político-social, relacionado à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisório, isto é, buscam espaços de participação democrática e de representação política junto aos interlocutores externos. Constituem a forma de organização mais disseminada nas comunidades rurais do país, utilizando como figura jurídica a “sociedade civil sem fins lucrativos”. Embora o título mais usado seja Associação Comunitária, estão incluídos os Conselhos Comunitários e Núcleos Comunitários Rurais. Segundo a área de abrangência podem ser classificadas: a) *Em nível de localidade* e b) *Em nível municipal*.

- **Associações Reivindicativas:** estas organizações se apresentam organizadas em torno de uma atividade produtiva comum entre os associados que se unem para reivindicar preços, comercialização, assistência técnica, etc. Se assemelham aos sindicatos, porém apresentam um quadro limitado de sócios por representarem interesses bem específicos. Podem também serem vistas com uma resposta à ineficácia das estruturas tradicionais, em termos de canalizar e processar demandas específicas dos agricultores, como os sindicatos, que já não são mais satisfatórias para um encaminhamento eficaz das demandas, o que leva a alguns agricultores à busca de canais paralelos ou alternativos de reivindicação e encaminhamento de suas lutas. Estas associações podem ainda ser subdivididas conforme a atividade produtiva ou

ramo de produção que congrega os associados, No caso da região do COREDE-Centro/RS foram identificadas: a) *Associações de Criadores de Gado Leiteiro*; b) *Associações de Produtores de Arroz*; c) *Associações de Apicultores*; d) *Associação de Hortifrutigranjeiros*; e) *Associação de Criadores de Gado de Corte*; f) *Associação de Criadores de Ovinos de Corte* e g) *Associação de Produtores de Batata Semente*.

- **Associações de Bem Estar Social:** formalizadas ou não, se configuram quando algumas pessoas (mulheres, jovens, idosos, etc.) se associam com vistas a um interesse comum, que pode ser o lazer, a cultura, a capacitação, etc. Mesmo quando estes interesses persistem, os membros do grupo estão em permanente mudança uma vez que deixam de fazer parte do grupo, passando a visar outros objetivos. Na região do COREDE-Centro foram identificadas os seguintes tipos de Associações de Bem Estar Social: a) *Associações de Mulheres*; b) *Associações de Jovens* e c) *Associações de Terceira Idade*.

3. RESULTADOS E DUSCUSSÃO

Identificou-se nos 33 municípios estudados um universo de 285 associações de agricultores com 6.594 famílias associadas, o que significa um universo aproximado de 26 mil pessoas envolvidas (considerando uma média de 4 pessoas/família).

As **Associações de Cooperação Agrícola** constituem a forma de associação mais expressiva na região (46% das associações, ver Tabela 1) e associam, conforme demonstra a Tabela 2, 23,6% do total das famílias. É provável que na região estudada exista um universo maior deste tipo de organização, por três razões fundamentais:

a) estas organizações são geralmente informais o que, portanto, podem ser desconhecidas pelas próprios órgãos de assessoria;

b) não foram cadastradas as associações que tem como base o núcleo familiar, isto é, grupos de produtores com laços de parentesco que optaram por não dividir a propriedade (ou os bens de produção) e realizam o processo produtivo (ou parte do processo) de maneira conjunta;

c) as Associações de Desenvolvimento Comunitário, por associarem os agricultores de determinado espaço agrário (localidade), comportam em seu interior grupos de agricultores organizados em associação de cooperação agrícola que não foram cadastradas.

O número reduzido de sócios por associação, numa média de 12 famílias associadas (Tabela 2) é uma característica desse tipo de organização. A grande maioria das organizações (70% do total) surgiu na região nos últimos três anos (95-98), conforme mostra a Tabela 3, o que se constitui um fato novo em termos de organização dos agricultores na região.

A assessoria prestada a esta forma de associação, conforme aparece na Tabela 4 se divide em um grande número de entidades, com destaque para a EMATER/RS⁵ (53,6%), o Programa PRORENDA⁶ (13,4%), o Projeto Esperança⁷ (9,5%), e ainda Prefeituras, a Fundação GAIA⁸, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's, Cooperativas e outros).

Em relação à mobilização de recursos financeiros, 65% das associações de cooperação agrícola realizaram algum tipo de financiamento, enquanto 39% delas mobilizaram algum tipo de recurso próprio (ver Tabela 5).

Entre as associações de cooperação agrícola estudadas destacam-se, como demonstra a

⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, órgão da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento - SAA.

⁶ Programa desenvolvido através de um convênio entre a SAA e a GTZ - Alemanha.

⁷ Projeto desenvolvido através de um convênio entre o Banco da Esperança (vinculado a Igreja Católica - Diocese de Santa Maria) e o Cáritas Regional.

⁸ Fundação ecológica de assessoria a projetos alternativos.

Tabela 1, as associações que tem como objetivo a “Viabilização das Condições de Produção” dos associados (45,1%). Entre estas, se destacam as associações de “Máquinas e Equipamentos” (41,7% dos casos), aparecendo ainda as associações de “Secagem e Armazenamento” (13,3% dos casos) e os “Condomínios Rurais” (3,3% dos casos). As “Associações de Troca de Serviços” formam outro grupo representativo (18%). Sua representatividade se deve a existência dos assentamentos de reforma agrária na região estudada. Ainda entre as Associações de Cooperação Agrícola destaca-se 12% das associações que tem como o objetivo a Industrialização (a maioria de agroindústrias e algumas de Confeções e Artesanato), 12% com o objetivo de comercialização (associações de Comercialização Conjunta e Associações de Feirantes), 11,3% com o objetivo de promover a “Troca de Experiências e Assistência Técnica” e 7,5% das associações com o objetivo de “Produção Conjunta” (associações de Produção Totalmente Coletiva e as de Produção Parcialmente Coletiva).

As **Associações de Desenvolvimento Comunitário** surgiram na região do COREDE-Centro/RS a partir de 1985, com um crescimento acentuado nos últimos anos (81,1% delas foram criadas a partir de 1990, conforme a Tabela 3). Representam 31,9% do total das associações existentes na região (Tabela 1). Estas organizações aparecem em número significativo na região por incentivo de alguns municípios que adotaram a estratégia de representação das diferentes localidades nos conselhos municipais de agropecuária através de associações formais.

Estas associações congregam 2.892 famílias na região estudada (43,8% do total de famílias associadas), associando em média 32 famílias por organização (Tabela 2). A maioria das associações são formais, ou seja, 89,01% possuem estatutos e 79,12% são registradas como pessoa jurídica. Uma outra característica dessas associações é sua abrangência geográfica, geralmente circunscrita a determinada localidade (87,6% delas), embora apareçam também em municípios de pequeno porte, Associações de Desenvolvimento Comunitário que abrangem todo o município (Tabela 1). Na assessoria deste tipo de organização destacam-se a EMATER/RS (47,1%) e as Prefeituras (44,2%). Tabela 4

Uma particularidade desse tipo de associação é sua capacidade de mobilização de recursos próprios, 61% delas investiram recursos dos próprios agricultores, enquanto que 42% realizaram financiamentos (recursos externos). Tabela 5

As **Associações Reivindicativas** estão presentes em menor número na região, representam 4,9% das associações, sendo que 28,6% delas são associações de produtores de arroz, outras 28,6 % produtores de leite, 21,4% de produtores de mel e em menor número aparecem ainda associações de produtores de batata semente, de hortifrutigranjeiros, de ovinos de corte e de gado de corte (Tabela 1). As 14 associações reivindicativas identificadas na região associam 591 produtores (8,9% das famílias associadas) com uma média de 42 sócios por organização (ver Tabela 2). A grande maioria foi criada na década de 90 (80%, conforme Tabela 3) e são associações geralmente legalizadas (78%).

Apesar do pequeno número, este tipo de organização pode estar sinalizando para uma nova tendência do movimento sindical na região. A EMATER/RS é a instituição que presta assessoria a 68,4% delas (Tabela 4). A mobilização de recursos financeiros, tanto interna quanto externa (financiamentos) é pouco expressiva nessas associações (Tabela 5).

As **Associações de Bem Estar Social** representam 16,5% do total das associações na região estudada (Tabela 1), associando 1.555 famílias (23,6% das famílias associadas), com uma média de 33 sócios por organização (Tabela 2). São geralmente associações de mulheres ou jovens rurais, sendo um fato novo a existência de associações de terceira idade. Constituem o tipo de organização com mais tradição na região estudada, surgindo já na década de 70, embora tenha havido um significativo crescimento nos últimos três anos (Tabela 3).

Este tipo de associações está estreitamente vinculado ao trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais da EMATER/RS na região (86,6% das associações recebem orientação da EMATER/RS, conforme Tabela 4). A mobilização de recursos (próprios e financiamentos) é praticamente inexistente nessas associações (Tabela 5).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados até aqui levantados pela pesquisa permitem afirmar que nos últimos três anos ocorreu um crescimento acentuado de associações de agricultores na região do COREDE-Centro/RS, uma região de pouca tradição na organização dos agricultores, envolvendo um número significativo de famílias. Destacam-se no incentivo deste tipo de organização o trabalho desenvolvido pela EMATER/RS, algumas Prefeituras, o Programa PRORENDIA e o Projeto Esperança.

As formas associativas existentes na região do COREDE-Centro/RS se mostram variadas quanto aos seus objetivos, que vão desde a cooperação no processo produtivo (produção conjunta, comercialização de produtos, compra conjunta de insumos, uso coletivo de máquinas e equipamentos, etc.), a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento de uma comunidade, a reivindicação por melhorias nas condições econômicas e políticas de uma determinada atividade agrícola até a cooperação no campo social e do lazer. Heterogêneas do ponto de vista de sua constituição, formais e informais, de caráter local ou microrregional, revelam a complexidade da composição do universo dessas organizações na região.

Entre as diversas estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores nos últimos anos na região, a formação de associações tem se constituído na forma mais abrangente das tentativas de atenuar e responder aos sucessivos problemas causados por um conjunto de políticas que tendem a marginalizá-los do circuito produtivo e econômico.

As associações são um meio para racionalizar os altos custos e as exigências de escala da tecnologia moderna. Podem, inclusive, graças a sua racionalidade própria, tornar viáveis certos meios de produção simplesmente porque possibilitam, indiretamente, uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho disponível nas famílias.

A cooperação entre os pequenos agricultores se constitui, assim, numa alternativa concreta para a sobrevivência dos mesmos e uma perspectiva real de desenvolvimento para a região. Por outro lado, essas organizações de base, legalizadas ou não, são consideradas o melhor sistema para garantir continuidade de trabalho organizativo autônomo nas comunidades rurais. Constata-se um significativo crescimento e aprimoramento alcançado pelas formas associativas, a ponto de ser impossível ignorar a importância das mesmas, tanto pela melhoria das condições financeiras quanto pelo número de pessoas envolvidas em suas ações, nas estratégias de promoção do desenvolvimento rural para a região. Esses tipos de organizações precisam ser melhor compreendidos, tanto pelos técnicos quanto pelos órgãos (governamentais ou não) para que consigam qualificar suas ações na promoção do desenvolvimento rural. Este fator torna-se fundamental, pois o aumento do número das Associações sinaliza como uma resposta a uma conjuntura, constituindo demandas específicas do Desenvolvimento agrícola, classes 1 e 3 e do Desenvolvimento Rural, classes 2 e 4 (tabela 1).

Para o futuro desses tipos de organizações é de particular importância o debate sobre a o seu aprimoramento organizativo (isolamento) e sua articulação com as novas estratégias e políticas agrícolas para a região, em especial a questão da liberalização dos mercados. As organizações são chamadas também a repensar as suas estratégias em termos de transformação e comercialização de produtos agrícolas, devido à própria redefinição das relações entre mercado interno e externo e às mudanças nos padrões alimentares e nas

condições de obter a segurança alimentar das populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSO, N. **Estudo da Atividade Administrativa de uma Associação de Agricultores.** UNIJUÍ. 1991.
- BOSCHI, R. R. **A arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- CIPRANDI, O. **Implicação da Cooperação na Pequena Produção.** PTA/FASE. 1989.
- DE LANNOY, C. A. **Tecnologia e os Grupos Agrícolas de Exploração Comum.** UFRGS. Porto Alegre, 1987.
- KAPP, P. M. **Relato dos Encontros Preliminares com as Lideranças dos Grupos de Produção e Depoimentos no Seminário.** Três de Maio, 1992.
- KLEBS, J. B. **Notas Sobre a Cooperação Agrícola nos Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina.** Florianópolis, 1992.
- RIBEIRO, E. **Avaliação Preliminar da Experiências de Grupos Organizados de Cooperação de Pequenos Produtores de Minas Gerais.** Minas Gerais, 1992.
- RIBEIRO, E. **FÉ, PRODUÇÃO E POLÍTICA: Experiências associativas de camponeses de Minas Gerais.** Minas Gerais, 1993.
- SILVEIRA, T. L. N. **Gestão Prática de Associações de Desenvolvimento Rural 1. Organização de Associações.** ASPTA (MÍMEO). Rio de Janeiro, Setembro de 1992.
- ZAMBERLAM, J. ; FRONCHETI, A. **Cooperação Agrícola: Melhoria Econômica ou Novo Projeto de Vida?** Passo Fundo, 1992.

APÊNDICE

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Classificação das Associações da Região do COREDE-Centro.

CLASSE	N.º	%	SUBCLASSE 1	N.º	%	SUBCLASSE 2	N.º	%
1. Assoc. de Cooperação Agrícola	133	46.67	Produção Conjunta	10	7.52	Prod. Totalmente Coletiva	06	60.00
			Comercialização	12	9.02	Prod. Parcialmente Coletiva	04	40.00
			Troca de Exp. e Ass. Técnica	15	11.28	Feirantes	04	33.33
			Troca de Serviços	24	18.05	Comercialização Conjunta	08	66.67
			Viabilização das Condições de Produção	60	45.11	Máquinas e Equipamentos	25	41.67
			Industrialização	12	9.02	Secagem - Armazenamento	08	13.33
						Condomínios Rurais	02	3.33
						Aquisição de Insumos	25	41.67
						Confecções e Artesanatos	03	25.00
						Agroindústrias	09	75.00
2. Assoc. de Desenvolv. Comunitário	91	31.93	A nível de localidade	85	93.40			
3. Assoc. de Reivindicação	14	4.91	A nível municipal	06	6.60			
			Criadores de Gado Leiteiro	04	28.6			
			Produtores de Arroz	04	28.6			
			Apicultores	02	14.3			
			Hortifrutigranjeiros	01	7.15			
			Criadores de Gado de Corte	01	7.15			
			Batata Semente	01	7.15			
4. Assoc. de Bem Estar Social	47	16.49	Criadores de Ovinos de Corte	01	7.15			
			Grupos de Mulheres	42	89.36			
			Grupos de Jovens	04	8.51			
TOTAL	285	100.0	Grupos de Terceira Idade	01	2.13			

TABELA 2. Número de Sócios de cada Tipo de Associação.

TIPO DE ASSOCIAÇÃO	N.º	%	N.º DE SÓCIOS	%
1. Assoc. de Cooperação Agrícola	133	46.67	1.556	23.60
2. Assoc. de Desenvolvimento Comunitário	91	31.93	2.892	43.86
3. Assoc. de Reivindicação por Atividade	14	4.91	591	8.96
4. Assoc. de Bem Estar Social	47	16.49	1.555	23.58
T O T A L	285	100.00	6.594	100.00

TABELA 3. Período de Criação das Associações.

TIPO DE ASSOCIAÇÃO	PERÍODO DE CRIAÇÃO	%
1. Assoc. de Cooperação Agrícola	1980-1984	0.78
	1985-1989	6.25
	1990-1994	23.44
	1995-1998	69.53
2. Assoc. de Desenvolvimento Comunitário	1965-1969	1.11
	1985-1989	17.78
	1990-1994	38.89
	1995-1998	42.22
3. Assoc. de Reivindicação por Atividade	1990-1994	58.33
	1995-1998	41.67
4. Assoc. de Bem Estar Social	1970-1974	8.51
	1975-1979	12.77
	1980-1984	4.26
	1985-1989	2.13
	1990-1994	29.79
	1995-1998	42.55

TABELA 4. Entidades Responsáveis pela Assessoria às Associações.

TIPO DE ASSOCIAÇÃO	ENTIDADE	%
1. Assoc. de Cooperação Agrícola	Emater	53,63
	Cooperativas	2,23
	Projeto Esperança	9,50
	PRORENDIA	13,41
	Prefeituras	7,82
	Fundação GAIA	2,79
	STR's	3,35
	Outros	7,26
2. Assoc. de Desenvolvimento Comunitário	Cooperativas	2,90
	Emater	47,10
	Prefeituras	44,20
	STR	3,62
	Outros	2,17
3. Assoc. de Reivindicação por Atividade	Emater	68,42
	Prefeituras	15,79
	Outros	15,79
4. Assoc. de Bem Estar Social	Emater	86,67
	Prefeituras	6,67
	Outros	6,67

TABELA 5. Financiamentos Externos e Investimento de Recursos Próprios.

TIPO DE ASSOCIAÇÃO	FINANCIAMENT O	%	REC. PRÓPRIOS	%
1. Assoc. de Cooperação Agrícola	SIM	65,4	SIM	39,1
	NÃO	17,3	NÃO	49,6
	N/C	17,3	N/C	11,3
2. Assoc. de Desenvolvimento Comunitário	SIM	42,9	SIM	61,5
	NÃO	49,4	NÃO	8,7
	N/C	7,7	N/C	29,8
3. Assoc. de Reivindicação.	SIM	14,28	SIM	28,57
	NÃO	71,43	NÃO	57,14
	N/C	14,28	N/C	14,28
4. Assoc. de Bem Estar Social	SIM	--	SIM	8,5
	NÃO	80,8	NÃO	57,4
	N/C	19,2	N/C	34,1